ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA E INCLUSÃO NAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE PIÚMA – ES

Carlos Jordan Lapa Alves Orientadora: Aline de Freitas Dias Centro Universitário São Camilo – ES

O presente estudo tem como objetivo a promoção de reflexões sobre a falta de acessibilidade arquitetônica nas escolas do município de Piúma - ES. Para melhor ilustra o trabalho foram realizadas entrevistas com os gestores na busca de informações sobre a temática, bem como pontuar a importância da inclusão dos alunos com deficiência física no ambiente escolar. A Associação Brasileira de Normas e Técnicas (ABNT) define como barreira arquitetônica, urbanística ou ambiental qualquer elemento natural, instalado ou edificado que impeça a aproximação, transferência ou circulação no espaço, mobiliário ou equipamento urbano. Acessibilidade é um processo de transformação do ambiente, da organização físico-espacial, da administração, do atendimento, das atitudes, do comportamento e de mudança da organização das atividades humanas. Expressa um conjunto de dimensões diversas, complementares e indispensáveis para que haja uma efetiva inclusão de pessoas com deficiência e/ou de mobilidade reduzida. Sabendo da importância de todas as dimensões da acessibilidade no processo de inclusão educacional o referente estudo abordou a importância da inclusão escolar no município e a dimensão arquitetônica como fator primordial na inclusão das pessoas com deficiência física nas escolas do ensino fundamental de Piúma- ES. De acordo com as colocações da legislação, pode-se perceber que os alunos com deficiência necessitam de um espaço adequado, mobiliários que atendam suas necessidades, eliminações das barreiras arquitetônicas, recursos e materiais adequados para poderem assim desenvolver seu processo de construção da aprendizagem de maneira satisfatória. Após a coleta de dados e mediante os estudos realizados, pode-se perceber que as escolas do município de um modo geral não estão atendendo os alunos de maneira correta, uma vez que falta o cumprimento das normas estabelecidas pela ABNT NBR 9050 e as Leis da Educação Especial. Sabe-se que é possível, urgente e indispensável o envolvimento dos gestores públicos municipais com novas propostas de reformas nas escolas, adaptando os espaços evitando assim o constrangimento dos alunos, utilizar o desenho universal como um dos parâmetros para a construção de reformas dos ambientes escolares usando as normas da ABNT; 9050, visando assim, tornar os espaços adequados para que os alunos possam a prender com dignidade dentro de um ambiente equipado as suas necessidades e singularidades.

PALAVRAS-CHAVE: Acessibilidade. Inclusão. Direitos. Barreiras arquitetônicas. Deficiência.

126

Cadernos da Pedagogia. São Carlos, ano 9 v.9 n.17, p.126, jul-dez 2015.

ISSN: 1982-4440